— *Reajuste de vencimento do mês de fevereiro de 1989, segundo a variação da URP (Unidade de Referência de Preços) (Índice de 26,05%) (Dec.-lei 2.335, de 12-06-1987).*

— *Arts. 1º, 5º, e 6º da Lei n. 7.730, de 31-01-1989).*

— *Medida Provisória nº 32, de 15.01.1989. Portaria ministerial nº 354, de 01.12.1988 (D.O. 02.12.1988).*

— *Art. 1º, “caput”, do Dec-lei n. 2.425, de 07-04-1988.*

— *É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no Plenário e nas Turmas, no sentido de que não há direito adquirido ao reajuste de 26,05%, referente à URP de fevereiro de 1989.*

— *E, quanto à URP de abril/maio de 1988, o Plenário e as Turmas têm*

decidido que os servidores fazem jus, tão-somente, ao valor correspondente a 7/30 (sete trinta avos) de 16,19% sobre os vencimentos de abril e maio de 1988, não cumulativamente, mas corrigidos monetariamente desde a data em que eram devidos até seu efetivo pagamento.

— Observados os precedentes, o R.E. é conhecido e provido parcialmente, para denegação do reajuste de 26,05% e, quanto ao de 16,19%, para reduzi-lo a 7/30 (sete trinta avos) (desse percentual) sobre os vencimentos de abril e maio de 1988, na forma referida no item anterior.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Recurso Extraordinário n. 227.019

Recorrente: União Federal
Recorridos: Shigueyuki Oga e outros
Relator: Sr. Ministro Sydney Sanches

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e lhe dar provimento parcial, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 19 de maio de 1998.

MOREIRA ALVES — PRESIDENTE
SYDNEY SANCHES — RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES:

1. Trata-se recurso extraordinário interposto pela UNIÃO FEDERAL contra acórdão do Tribunal Regional Federal, que concedeu aos recorridos o reajuste de vencimentos, pelos índices de 26,05% e 16,19%, relativos à variação da URP de fevereiro de 1989 e abril/maio de 1988, respectivamente.

2. Sustenta o recorrente, em síntese, que o acórdão recorrido interpretou como direito adquirido uma simples e frustrada expectativa, contrariando, assim, o disposto no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

3. O recurso foi admitido e processado. É o Relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES (Relator):

1. Quanto ao reajuste de 26,05% referente à URP de fevereiro de 1989, a questão já foi apreciada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal que decidiu não se caracterizar hipótese de direito adquirido (ADI nº 694, rel. Ministro MARCO AURÉLIO, Ementário 1736; R.E. nº 157.240, rel. Ministro SYDNEY SANCHES, julgado em 29.06.1994; R.E. nº 159.130, rel. Ministro MOREIRA ALVES, julgado em 29.06.1994).

2. Com relação à URP de abril/maio de 1988 (16,19%), o mesmo Plenário, no julgamento do R.E. nº 146.749, relatado pelo Ministro MOREIRA ALVES (DJU de 02/03/94), decidiu que os servidores fazem jus, tão-somente, ao valor correspondente a 7/30 (sete trinta avos) de 16,19% sobre os vencimentos de abril e maio de 1988, não cumulativamente, mas corrigidos monetariamente desde a data em que eram devidos até o seu efetivo pagamento.

Esse entendimento tem sido reiterado por

ambas as Turmas da Corte (R.E. nº 141.245, rel. Ministro MOREIRA ALVES, DJU de 09/09/94, pág. 23.444; R.E. nº 143.683, rel. Ministro CARLOS VELLOSO, DJU de 02/09/94, pág. 22.722).

3. Isto posto, conheço do recurso e lhe dou provimento parcial para denegar reajuste de 26,05%, quanto, ao de 14,19%, para reduzi-lo a 7/30 (sete trinta avos) (desse percentual), sobre os vencimentos de abril e maio de 1988, não cumulativamente, mas corrigidos monetariamente desde a data em que eram devidos até seu efetivo pagamento.

EXTRATO DE ATA

Recurso Extraordinário n. 227019-8
Origem: Distrito Federal

Relator: MIN. SYDNEY SANCHES

Recte.: UNIÃO FEDERAL

Adv.: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Recdos.: SHIGUEYUKI OGA E OUTROS

Advda.: IZABEL DILOCHÊ PISKE SILVÉRIO

Decisão: A Turma conheceu do recurso e lhe deu parcial provimento, nos termos do voto do Relator. Unânime. 1ª Turma, 19.05.98.

Presidente do Senhor Ministro Moreira Alves. Presidentes à Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octávio Gallotti, Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Natal Batista.

Ricardo Dias Duarte

Coordenador